CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL OITOMEIA: https://www.oitomeia.com.br/noticias/politica/2017/07/08/firmino-diz-que-julgamento-de-contas-da-pmt-no-tce-sera-prazeroso/

Firmino diz que julgamento de contas da PMT no TCE será "prazeroso"

Ele tem sido alvo de investigações sobre o uso indevido dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef)

08/07/2017 - Atualizado em: 08/07/2017, 09:51**Publicado por:** Jéssica Kamila**Repórter:** Jéssica Kamila

Prefeito Firmino Filho (Foto: Jéssica Kamila/OitoMeia)

O prefeito Firmino Filho (PSDB) comentou sobre o **julgamento do bloqueio das contas da prefeitura de Teresina, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE)** que ocorreu nessa última quinta-feira (06/07). Ele, que tem sido alvo de investigações sobre o uso indevido dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef), afirmou que está tranquilo quanto ao caso e que irá provar que os recursos foram gastos de forma legal.

Um empate de 3 votos a favor e 3 contra marcou o julgamento dessa quinta, na ocasião, o presidente do TCE, Olavo Rebelo pediu vistas de 15 dias para que o processo seja analisado.

“O resultado ficou para ser decidido na próxima quinta-feira e nesse período vai ser feita uma inspeção para saber qual foi a finalidade dos gastos. É até confortável saber desse posicionamento do TCE, porque os gastos desses recursos são estabelecidos em lei municipal específica. Ao longo do tempo o governo federal não repassou o que deveria através do Fundef. E os municípios foram obrigados a entrar na Justiça e existia uma polêmica de saber se esses recursos seriam apenas ressarcimento ou deveriam ser aplicados na Educação”, explicou.

“Nós ano passado fizemos uma lei específica dizendo que caberia ao município aplicar esse dinheiro na Educação respeitando as regras da Fundef. E da nossa parte é até prazeroso saber que vamos mostrar que os recursos para Educação são gastos em Educação”, acrescentou o gestor durante uma solenidade na manhã dessa sexta-feira (07/070 no Palácio da Cidade.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL OITOMEIA: https://www.oitomeia.com.br/noticias/politica/2017/07/06/vereador-dudu-quer-acionar-mpf-contra-firmino-sobre-credito-da-fundef/

Vereador Dudu quer acionar MPF contra Firmino sobre crédito da Fundef

O parlamentar está estudando a ação junto com os seus advogados e deve ter uma audiência no Tribunal de Contas do Estado

06/07/2017 - Atualizado em: 06/07/2017, 16:55**Publicado por:** Jéssica Kamila**Repórter:** Jéssica Kamila

O vereador Edilberto Borges, o Dudu do PT, afirmou na manhã desta quinta-feira (06/07) que irá acionar o Ministério Público Federal contra o prefeito Firmino Filho (PSDB) sobre denúncia de irregularidades na operação de crédito da verba do Fundo de Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef).

O parlamentar está estudando a ação junto com os seus advogados e deve ter uma audiência no Tribunal de Contas do Estado.

Verador Dudu (Foto: Jéssica Kamila/OitoMeia)

“Pelo o que eu sei o Tribunal de Contas deve julgar essa ação que o que o Ministério Público de Contas pediu para bloquear R$ 56 milhões. Paralelo a isso eu estou marcando uma audiência no TCE e meus advogados já estão preparando um encaminhamento para notificar o Ministério Público Federal, pois a FUNDEF trata de verba federal. Essa denuncia é gravíssima, desviar verbas que podiam está alavancando a Educação para fazer propaganda de campanha e até de construção de igreja é grave. Estou estudando uma forma de provocar o Ministério Público Federal para tomarem providências”, falou ele.

Também na manhã de hoje a **Prefeitura de Teresina se pronunciou e afirmou que ainda não foi notificada sobre medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado** (TCE) e que a cessão de crédito da Fundef foi feita de forma legal. Mas para o vereador não se convenceu com o argumento. “Eu nunca vi um ladrão ser preso dizendo que roubou. Tudo tem que ser investigado”, concluiu.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL OITOMEIA: https://www.oitomeia.com.br/noticias/politica/2017/07/09/firmino-descarta-ajuste-salarial-para-servidores-e-escolher-atrasar-folha-ou-da-aumento/

Firmino descarta reajuste salarial para servidores: ” É escolher atrasar a folha ou dar aumento”

“Vamos torcer para que o milagre aconteça. Em um momento como esse nós não podemos brincar de aritmética”, disse o prefeito

09/07/2017 - Atualizado em: 09/07/2017, 17:05**Publicado por:** Jéssica Kamila**Repórter:** Jéssica Kamila

Em meio a crise que Brasil está passando e que afeta diretamente os Estados no Piauí não tem sido diferente. A nível estadual o secretário da Fazenda, Rafael Fonteles não descarta a possibilidade de atrasos da folha de pagamento dos e em Teresina o prefeito Firmino Filho (PSDB) afirmou que a Prefeitura não poderá conceder o reajuste salarial dos servidores. Não é de hoje que o gestor tem reclamado da crise e de como o município tem que conter os gastos.

Questionado sobre a situação da Prefeitura e se poderia conceder reajuste aos servidores, Firmino contou que no momento a prioridade é não atrasar os salários.

Prefeito Firmino Filho (Foto: Jéssica Kamilla/OitoMeia)

“Isso é fato, continuamos numa crise severa e permanecendo o quatro atual não existe possibilidade de reajuste. É uma questão que estamos bastante conscientes e os servidores também sabem da dificuldade. Hoje nós temos uma escolha, atrasar a folha de pagamento ou dá aumento. E não vamos atrasar os salários e prejudicar toda a cidade, a escolha é natural. Vamos torcer para que o milagre aconteça. Em um momento como esse nós não podemos brincar de aritmética”, disse o prefeito durante um evento na última sexta-feira (07/07) no Palácio da Cidade, Centro de Teresina.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL R10: http://portalr10.com/noticias/firmino-filho-diz-que-decisao-foi-acertada-ao-contratar-sem-concurso-publico/

Firmino Filho diz que 'decisão foi acertada' ao contratar sem concurso público

David Pacheco3 de Julho de 2017 às 10:16

O prefeito Firmino Filho (PSDB) admitiu nesta sexta-feira (23) que a contratação sem concurso público, no ano de 2009, na Fundação Municipal de Saúde (FMS) foi para resolver a crise no sistema de atendimento a saúde mental.

A contratação, considerada ilegal pelo Ministério Público Estadual, levou a ação que tornou Firmino Filho e Sílvio Mendes inelegíveis por três anos. Os dois gestores vão recorrer da decisão.

Na manhã de hoje, Firmino Filho confirmou a contratação de pessoal sem realização de concurso público na época em que era presidente da Fundação Municipal de Saúde, cujo prefeito era Silvo Mendes.

“Eu passei um ano na Fundação Municipal de Saúde e tivemos uma grave crise na área da saúde mental. Quando ocorreu o fechamento do hospital Meduna. E tivemos que fazer uma abertura em caráter emergencial de três Caps 24 horas para atender os que ficaram sem ter como ter atendimento psiquiátrico. Foi uma decisão acertada tanto que não houve maiores traumas para a população”, declarou o prefeito.

De acordo com Firmino, após a abertura dos Caps (Centro de Apoio Psicosocial), a Prefeitura de Teresina oficiou a Universidade Federal do Piauí para realização do concurso correspondente.

"Na época o concurso demorou para ser feito porque a Universidade passava por uma crise interna e só foi feito a posteriori", explicou Firmino.

O prefeito também comentou que vai recorrer da decisão e acredita que a decisão será favorável a ele. "Vamos vencer para que a justiça se faça", disse, destacando que todos os atos realizados na época em que foi diretor da FMS foram para preservar os interesses da população. "O que precisamos é de gestores que respeitem os atos administrativos, mas que também tenham sensibilidade com quem sofre, e foi o que a gente procurou fazer na época". afirma.

A declaração foi feita durante visitação ao espaço utlizado como campo de futebol na área em que compreende o Parque da Floresta Fóssil de Teresina, às margens do Rio Poti, na zona Leste da capital, que será transformado em um bosque. A visita ocorreu nesta sexta-feira (23). O espaço terá inserção de 70 mudas de árvores.

Entenda o caso

O prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), e o atual presidente da Fundação Municipal de Saúde (FMS), Sílvio Mendes, foram condenados a suspensão de seus direitos políticos pelo período de 3 anos por crime de improbidade administrativa. A decisão, publicada no Diário da Justiça desta quinta-feira (22), é do juiz Aderson Antônio Brito Nogueira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina.

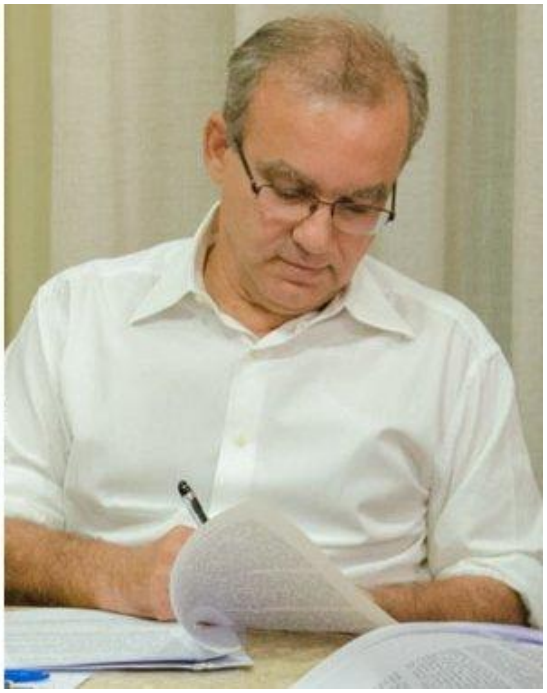
A defesa de Firmino alegou que a FMS, antes de sua gestão, não dispunha de um quadro de servidores próprios. Esse quadro foi criado somente com a edição da Lei 4.130/2011. No entanto, o juiz entendeu que mesmo após a edição da lei as contratações continuaram.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL R10: http://portalr10.com/noticias/procuradora-diz-que-pmt-usou-r-73-milhoes-do-fundef-na-eleicao-e-pagou-ate-igreja/

Procuradora diz que PMT usou R$ 73 milhões do Fundef na eleição e pagou até igreja

Fonte:Código do Poder4 de Julho de 2017 às 15:58



ATÉ IGREJA RECEBEU – Na representação da procuradora Raíssa Barbosa que culminou com o bloqueio dos recursos da venda dos precatórios do Fundef , ela informa que no saldo das contas só restaram R$ 54,5 milhões dos R$ 229 milhões que deveriam ir para a melhoria da Educação de Teresina. O TCE determinou o bloqueio de todos os recursos ainda existentes da venda dos precatórios da Educação, assinada pelo prefeito Firmino Filho com o Banco do Brasil.

ENTENDA – A Prefeitura de Teresina conseguiu recuperar recursos do antigo Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) através de ação na Justiça Federal movida contra a União. Os recursos já estavam assegurados e seriam liberados pela Justiça através de precatórios, mas o prefeito Firmino Filho se apressou, negociou os recursos junto ao Bando do Brasil dando um prejuízo de R$ 18 milhões e aplicando o dinheiro para outros fins.

Segundo a procuradora Raíssa Barbosa, dos R$ 174,5 milhões que já foram gastos pelo prefeito Firmino Filho, R$ 72.833.674,42 foram usados durante o

mês de setembro de 2016, mês que o dinheiro foi liberado após a venda dos precatórios e o mês de maior gastos de campanha que acabou resultando na reeleição do prefeito Firmino.

CADÊ DO DINHEIRO ? – Os extratos bancários apontam diversos pagamentos e transferências efetuadas da conta do Fundef. Muitas das transferências e ordens bancárias não estão identificadas nos extratos.

IGREJA, AGÊNCIAS DE PROPAGANDA … – Dentre os beneficiários pelos pagamentos com dinheiro que deveria ser exclusivamente usado na Educação, o Ministério Público de Contas apontou pagamentos para diversas construtoras, para empresas de propaganda e, até , para a Igreja Batista.

“No total foram constatadas retiradas na ordem de R$ 164.975.477,37 (Cento e sessenta e quatro milhões novecentos e setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), através de ordens de pagamento ou transferências online, sendo algumas operações identificadas e entre os beneficiários estão construtoras, empresas de propaganda, casas de material de construção, a policia Militar do Piauí e até mesmo a Igreja Assembleia de Deus”, diz o texto da decisão do conselheiro substituto Allisson Felipe de Araújo. (nos extratos conferidos pelo blog Código do Poder aparece Igreja Batista).

O caso será apurado pela Rede de Controle da Gestão Pública do Piauí, formada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), TCU, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público Federal e Advocacia-Geral da União (AGU). Cabe a essas instituições agora a missão de recuperar para as contas do Fundef todo o dinheiro que foi usado de maneira ilícita, além das medidas judiciais e administrativas contra os responsáveis.

O prefeito Firmino Filho ainda será comunicado oficialmente da decisão e terá 15 dias para se defender. O Banco do Brasil será informado para que faça o bloqueio imediato dos recursos.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL O DIA: http://www.portalodia.com/blogs/jotaa/charge-firmino-descarta-conceder-reajuste-aos-servidores-municipais-301774.html

Charge: Firmino descarta conceder reajuste aos servidores municipais

Jota A ilustra a declaração do Prefeito de Teresina, que atribuiu à crise a falta de dinheiro para conceder aumento aos trabalhadores.

08/07/2017 08:09h

Fonte: Jota A - Jornal O Dia

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL 180GRAUS: http://180graus.com/bastidores/dinheiro-do-fundef-foi-usado-para-pagar-igreja-da-assembleia-de-deus

Desvio de Finalidade - 08/07/2017 às 07h50

Dinheiro do Fundef foi usado para pagar Igreja da Assembleia de Deus

Danou-se.

O dinheiro que a Prefeitura de Teresina recebeu do antigo Fundef foi usado até para pagar a Igreja Assembleia de Deus, segundo denúncia apresentada ao Tribunal de Contas do Estado.

E a Igreja aceitou.

A operação envolveu recursos da antecipação de crédito de R$ 228.863.161,75 referentes a valores do antigo Fundef, com pagamento de juros de R$ 18 milhões ao Banco do Brasil.

Que negócio para o BB.

O dinheiro também foi usado para pagar construtoras e agências de propaganda.

Blogueiro: Por Rômulo Rocha - De Brasília

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL CIDADE VERDE: http://cidadeverde.com/noticias/251437/firmino-filho-descarta-reajuste-salarial-para-servidores-municipais-e-atribui-a-crise

07/07/17, 17:40

Firmino Filho descarta reajuste salarial para servidores municipais e atribui à crise

Foto:Roberta Aline

O prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), admitiu pela primeira vez que a prefeitura não irá conceder reajuste salarial para os servidores municipais. Desde o início do ano que Firmino Filho vem se queixando da crise e ressaltou que é uma das piores já enfrentadas pelos gestores.

“Isso é fato, continuamos numa crise severa e permanecendo o quatro atual não existe possibilidade. É uma questão que estamos bastante conscientes que a grande maioria dos servidores também está. Existe uma escolha a ser feita ou se atrasa a folha ou se dá aumento; e é melhor nós optarmos pelo pagamento em dia”, disse o prefeito.

Sobre político, Firmino Filho comentou mais uma vez que não será candidato nas eleições de 2018. O nome do gestor tem sido ventilado em pesquisas como candidato ao Senado Federal.

Firmino afirmou que é uma perda de tempo discutirem sobre a possibilidade dele sair candidato.

“Estão desperdiçando hora dos entrevistadores, eu não sou candidato em 2018 e isso é bem sedimentado na minha cabeça. Acho que não faria sentindo colocar meu nome em pesquisa alguma”, comentou.

Em relação a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí em inspecionar os gatos da Prefeitura de Teresina sobre a aplicação do Fundeb, Firmino mostrou-se confortável quanto a essa determinação do TCE “porque os gastos estão estabelecidos em lei municipal”, destaca o prefeito.

“Ao longo do tempo, o Governo Federal não repassou aos municípios o que deveria então as prefeituras foram obrigadas a entrarem na justiça. Existia uma tendência para saber se esses recursos deveria ser apenas ressarcimento para o Tesouro Municipal aplicar em qualquer área ou se na educação. Ano passado fizemos uma lei municipal especifica dizendo que caberia aplicar na educação respeitando as mesmas regras determinantes da Fundeb e temos feito isso desde então”, explicou o prefeito.

O chefe do executivo municipal garante que da parte da prefeitura o “dever está sendo cumprido”.

“É até prazeroso que os nossos gastos em educação são gastos em educação”, finalizou.

As declarações foram feitas durante a assinatura dos contratos para os editais de um concurso público e um teste seletivo para a Fundação Municipal de Saúde (FMS), na manhã desta sexta-feira (07), no Palácio da Cidade.

Flash Lyza Freitas
Da Redação Carlienne Carpaso
redacao@cidadeverde.com

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL MEIO NORTE ONLINE: https://jornal.meionorte.com/politica/tce-bloqueia-recursos-do-fundef-da-prefeitura-de-teresina-305579

TCE bloqueia recursos do Fundef da Prefeitura de Teresina

Representação do Ministério Público de Contas foi acatada

Efrém Ribeiro

O conselheiro Alisson Araújo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), aceitou representação da procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa, do Ministério Público de Contas, e bloqueou as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (Fundef) da Prefeitura de Teresina.

A procuradora de Contas Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa argumentou que a cessão de direito de crédito representa um compromisso financeiro assumido para recebimento antecipado de valores, mediante pagamento de juros, e que sua aplicação deve estar prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas uma das situações em que fica impedida a contratação das operações de crédito é quando ela se realiza no último ano do mandato presidente, governador ou prefeito.

Segundo ela, a irregularidade consiste no fato de que a transação entre a Prefeitura de Teresina o Banco do Brasil ocorreu em 2016, último ano do mandado de Firmino Filho e às vésperas do pleito municipal no qual o prefeito concorria à reeleição.

De acordo com a representação do Ministério Público de Contas, a operação foi realizada no dia 24 de agosto do ano passado, entre a PMT e o Banco do Brasil, cedendo-se a este um crédito de R$ 228.863.161,75 referente à diferença nos repasses dos recursos do FUNDEF de exercícios anteriores. O representante do MPC alega que a referida cessão de crédito se configura como operação de crédito por antecipação orçamentária, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na medida cautelar, o conselheiro Alisson Araújo, relator do processo, determina ainda citação via postal do prefeito Firmino Filho para que se manifesta no prazo de 15 dias a respeito das denúncias.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL MEIO NORTE ONLINE: https://jornal.meionorte.com/politica/firmino-afirma-que-crise-impede-reajuste-salarial-para-servidores-305676

07 de Julho de 2017 19:05 Atualizada às 19:10

Firmino afirma que crise impede reajuste salarial para servidores

Ele disse que a prioridade é o pagamento dos salários

Efrém Ribeiro

Ao anunciar processo seletivo para profissionais da área de saúde, o prefeito Firmino Filho (PSDB) disse que não irá conceder r reajuste salarial para os servidores municipais por causa do prolongamento da crise financeira no Brasil.

Firmino Filho declarou que o país continua enfrentando uma crise severa e permanecendo o quatro atual não existe possibilidade. De reajuste salarial. Ele falou que a prioridade da Prefeitura de Teresina é pagar os salários dos servidores públicos municipais em dia.

“Existe uma escolha a ser feita ou se atrasa a folha ou se dá aumento. É melhor optarmos pelo pagamento em dia”, falou Firmino Filho, que voltou a negar ser candidato a governador ou a senador nas eleições gerais de 2018.

Sobre a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí ter aprovado, por unanimidade, pela Inspeção de Emergência sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) pela Prefeitura de Teresina, Firmino Filkho falou que sua gestão fez os gastos que estão estabelecidos em lei municipal.

Ele declarou que o Governo Federal não repassou aos municípios o que deveria e as Prefeituras foram obrigadas a entrarem na justiça porque existia uma tendência para saber se esses recursos deveria ser apenas ressarcimento para o Tesouro Municipal aplicar em qualquer área ou se na educação.

Por isso, de acordo com Firmino Filho, a Prefeitura de Teresina aprovou, junto à Câmara dos Vereadores, uma Lei Municipal especifica disciplinando a aplicação dos recursos na educação respeitando as mesmas regras determinantes da Fundeb.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL MEIO NORTE ONLINE: https://jornal.meionorte.com/politica/tce-aprova-inspecao-nas-contas-do-fundef-de-teresina-305648

06 de Julho de 2017 19:25 Atualizada às 17:43

TCE aprova inspeção nas contas do Fundef de Teresina

O TCE votou na quinta-feira o recurso da Prefeitura de Teresina

Efrém Ribeiro

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou, por unanimidade, na quinta-feira, a realização de Inspeção de Urgência nas contas para averiguar com foram aplicados os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) da Prefeitura de Teresina. A proposta da Inspeção de Urgência foi proposta pelo conselheiro do TCE Kennedy Barros e apeovado por todos os conselheiros.

O TCE votou na quinta-feira o recurso da Prefeitura de Teresina contra a decisão do conselheiro-substituto Alisson Felipe de Araújo que assinou medida cautelar na segunda-feira determinando o bloqueio de precatório do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), da Prefeitura de Teresina. A decisão seguiu parecer da procuradora Raíssa Rezende, do Ministério Público de Contas, relacionada a operação de crédito realizada em agosto de 2016 entre a PMT e o Banco do Brasil (BB).

A votação ficou empatada com três votos a favor e três votos contra e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Olavo Rebelo, que pediu vistas mno processo e apresentará seu voto de minerva no prazo de 15 dias.

Votaram a favor da manutenção do bloqueio das contas do Fuindef da Prefdeitura de Teresina os conselheiros Alisson Araújo, Kleber Eulálio e Waltânia Alvarenga e votaram a favor do desbloqueio os conselheiros Kennedy Barros, Abelardo Vilanova e Jailson Campelo.

A operação envolveu antecipação de crédito de R$ 228.863.161,75 referentes a recursos do antigo Fundef não repassados pela União à Prefeitura, dos quais a PMT recebeu em torno de R$ 210 milhões – os outros R$ 18 milhões foram deságio cobrado pelo Banco. O dinheiro foi

repassado à Prefeitura de Teresina no ano passado, depois de ação judicial movida pelo município.

A denúncia de suposta irregularidade na utilização do Fundef, que resultou na representação do Ministério Público de Contas contra a Prefeitura de Teresina, foi feita pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindserm).

Na quinta-feira nas contas da Prefeitura de Teresina tinha apenas R$ 37 milhões do Fundef, quanbdo no dia da autoriazção do bloqueio tinha R$ 54 milhões.

Segundo a procuradora Raíssa Rezende, a operação entre PMT e BB, de antecipação dos recursos do Fundef, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, “que veda a contratação de operações de crédito no último ano do mandato do Presidente, governador ou prefeito”. Os extratos bancários analisados pelo MPC apontam retiradas que somam de R$ 164 milhões, via ordens de pagamento online, e pagamento a agências de propaganda, materiais de construção e outros serviços.

Para a procuradora Raíssa Rezende, as operações caracterizam desvio de finalidade na aplicação das verbas do Fundef pela Prefeitura de Teresina – o dinheiro dos precatórios, conforme resolução do TCE-PI, deve ser aplicado prioritariamente em ações de educação e em benefício do magistério. Na ação cautelar, o conselheiro Alisson Araújo determina a citação do prefeito Firmino Filho (PSDB) para que se manifeste sobre o conteúdo da representação.

PORTAL VI AGORA: http://www.viagora.com.br/noticias/ministerio-publico-federal-aprecia-denuncia-contra-firmino-filho-62288.html

Ministério Público Federal aprecia denúncia contra Firmino Filho

O prefeito foi denunciado por utilizar dinheiro destinado à Educação, para fazer pagamentos a empresas e até repasses a uma igreja evangélica.

RAYANE TRAJANO
06/07/2017 19h33 - atualizado 20h01

A denúncia de que o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), utilizou indevidamente recursos destinados à Educação para pagar empresa de publicidade e igreja evangélica no ano de 2016 foi enviada para análise da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, do Ministério Público Federal, em Brasília, nessa quarta-feira (05).

Na terça-feira (04), o **Viagora** manteve contato com a Procuradoria Regional do MPF no Piauí para saber que providências seriam tomadas. O Ministério Público Federal informou que o caso foi encaminhado para a Câmara especializada. Por ser prefeito, Firmino Filho possui foro por prerrogativa de função.

A 5ª Câmara é dedicada ao combate à corrupção e atua nos casos relacionados a atos de improbidade, crimes contra a administração pública, crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, e crimes previstos na Lei de Licitações.

- Foto: Facebook/Firmino Filho

Prefeito Firmino Filho (PSDB)

De acordo com a **denúncia da procuradora do Ministério Público de Contas**, Raissa Maria Rezende, o prefeito fez um contrato com o Banco do Brasil, para antecipar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no valor de R$ 228 milhões, contrato esse apontado como ilegal.

Parte desse valor foi transferido para uma conta de livre movimentação da prefeitura de Teresina e depois foi gasto através de transferências bancárias para **empresas de construção, de publicidade, uma igreja evangélica** e outras instituições. Até a data da denúncia, havia apenas R$ 54 milhões restantes na conta.

Após denúncia do Ministério Público de Contas, o conselheiro Alisson Felipe, que é relator do caso no Tribunal de Contas do Estado

concedeu medida cautelar para que **a conta do Fundef fique bloqueada**, com objetivo de evitar que o prefeito Firmino Filho fizesse novas operações irregulares com os recursos.

Na manhã desta quinta-feira (06), o caso foi levado para votação no plenário do TCE. **A votação empatou e o presidente da Corte, Olavo Rebelo Filho, pediu vista para analisar melhor o caso.** Os conselheiros Alisson Felipe de Araújo, Kleber Eulálio e Waltânia Maria Alvarenga votaram pela manutenção do bloqueio dos recursos, já os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Abelardo Pio Vilanova e Jaylson Fabianh Lopes Campelo votaram pela liberação da conta.

Com o pedido de vista, o processo deve retornar à pauta de julgamento no dia 20 de julho, de acordo com a assessoria do TCE-PI.

PORTAL VI AGORA: http://www.viagora.com.br/noticias/tce-adia-julgamento-e-conta-do-fundef-de-teresina-continua-bloqueada-62282.html

TCE adia julgamento e conta do Fundef de Teresina continua bloqueada

O presidente da Corte, Olavo Rebelo de Carvalho Filho, pediu vista para analisar o caso por duas sessões.

MARCOS CUNHA

06/07/2017 15h13 - atualizado 15h21

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) iniciou hoje (06) a votação sobre a **medida cautelar que bloqueou a conta do Fundo** de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), da Prefeitura de Teresina. A votação empatou e o presidente da Corte, Olavo Rebelo de Carvalho Filho, pediu vista para analisar o caso por duas sessões.

Três conselheiros votaram pela manutenção da medida cautelar: Alisson Felipe de Araújo, Kleber Dantas Eulálio e Waltânia Maria Nogueira de Sousa Alvarenga. Os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Abelardo Pio Vilanova e Jaylson Fabianh Lopes Campelo votaram pela liberação da conta.

De acordo com a assessoria do TCE, Jaylson votou como conselheiro substituto após o conselheiro Luciano Nunes Santos precisar se abster do julgamento, por conta de ligação com a procuradora Geral do Município, Geórgia Nunes. A procuradora é sobrinha da esposa de Luciano.

A medida cautelar foi proferida nessa segunda-feira (03), visando evitar que os recursos sejam usados ilegalmente pelo prefeito Firmino Filho (PSDB). De acordo com a denúncia do Ministério Público de Contas, **o prefeito usou dinheiro da Educação para pagar publicidade, instituições como a Polícia Militar do Piauí e igrejas evangélicas.**

- Foto: Facebook/Firmino Filho

Firmino Filho

Na decisão de bloqueio, o conselheiro Alisson Felipe avaliou que há “fortes indícios de ilegalidade na operação de cessão de crédito realizada pela Prefeitura de Teresina junto ao Banco do Brasil, por se tratar de antecipação de receita orçamentária realizado sem preenchimentos dos requisitos legais, inclusive quanto ao período de realização”, além do desvio de finalidade na aplicação dos recursos, que devem ser usados na Educação.

Com o pedido de vista regimental, o caso só deve ser julgado na sessão do próximo dia 20 de julho, segundo a assessoria. A conta do Fundo segue bloqueada até a decisão do presidente do Tribunal.

PORTAL VI AGORA: http://www.viagora.com.br/noticias/firmino-filho-usou-dinheiro-da-educacao-para-pagar-publicidade-62261.html

Firmino Filho usou dinheiro da Educação para pagar publicidade

O prefeito está sendo acusado de usar de forma irregular recursos do Fundef adquiridos através de um contrato considerado ilegal com o Banco do Brasil.

RAYANE TRAJANO
05/07/2017 18h04 - atualizado 22h11

O prefeito de Teresina Firmino Filho utilizou dinheiro destinado a investimentos na Educação, para pagamentos à empresa de publicidade Plug Propaganda no ano passado. As transferências bancárias foram anexadas à **denúncia feita pelo Ministério Público de Contas** contra o prefeito.

Firmino está sendo acusado de usar de forma irregular recursos do Fundef adquiridos através de um contrato considerado ilegal com o Banco do Brasil para antecipação de receita baseada em precatórios do Fundo.

Nos extratos bancários que foram entregues ao Tribunal de Contas do Estado junto com a denúncia, estão descritas várias transferências. A procuradora de Contas, Raissa Maria Rezende, relatou que o valor de **R$ 228 milhões foi transferido da conta** do Fundef, para conta de livre movimentação da prefeitura, em seguida, foram feitos os

pagamentos para empresas e instituições como a Polícia Militar do Piauí e igrejas evangélicas.

- Foto: Divulgação

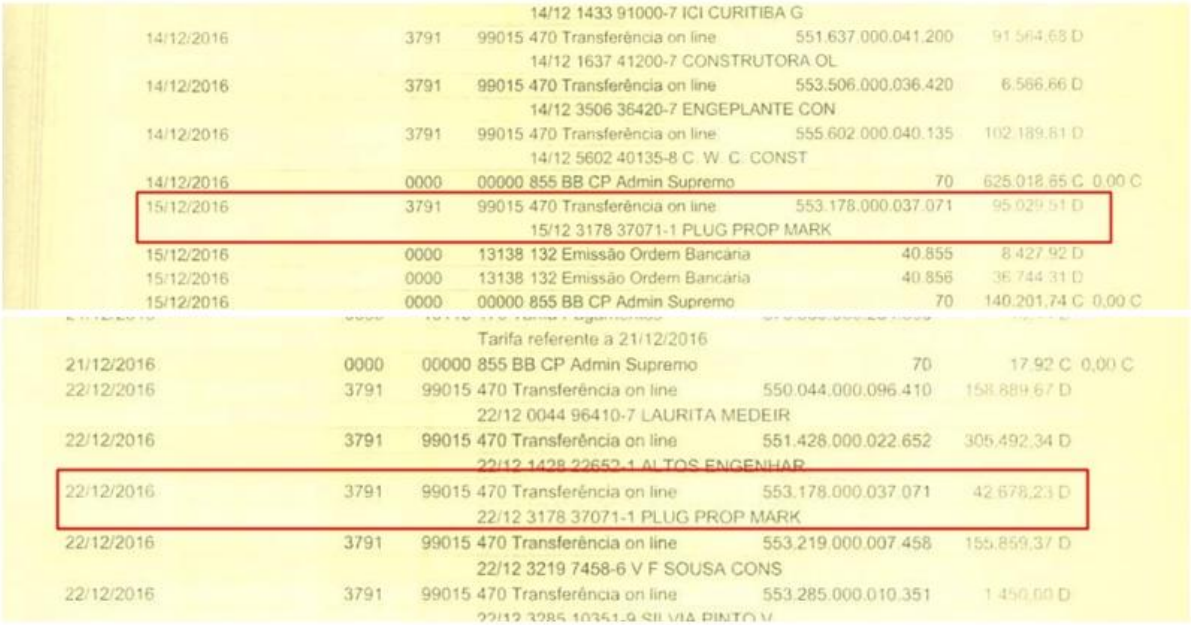
Firmino Filho

O valor de R$ 210 milhões foi depositado na conda do Fundef no final de setembro. Os outros 18 milhões foram os juros pagos pelo município para realização do contrato bancário.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino público e na valorização de seu magistério.

Nos documentos é demostrado que no dia 15 de dezembro de 2016 foi feita transferência de R$ 95 mil para a Plug Propaganda. No dia 22 do mesmo mês, foram pagos mais R$ 42.678 para a mesma empresa.

- Foto: Divulgação



			14/12 1433 91000-7 ICI CURITIBA G			
14/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	551.637.000.041.200		91.564,68 D
			14/12 1637 41200-7 CONSTRUTORA OL			
14/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	553.506.000.036.420		6.566,66 D
			14/12 3506 36420-7 ENGEPLANTE CON			
14/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	555.602.000.040.135		102.189,81 D
			14/12 5602 40135-8 C. W. C. CONST			
14/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Supremo	70		625.018,65 C 0,00 C
15/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	553.178.000.037.071		95.029,51 D
			15/12 3178 37071-1 PLUG PROP MARK			
15/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	40.855		8.427,92 D
15/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	40.856		36.744,31 D
15/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Supremo	70		140.201,74 C 0,00 C
			Tarifa referente a 21/12/2016			
21/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Supremo	70		17,92 C 0,00 C
22/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	550.044.000.096.410		158.889,67 D
			22/12 0044 96410-7 LAURITA MEDEIR			
22/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	551.428.000.022.652		305.492,34 D
			22/12 1428 22652-1 ALTOS ENGENHAR			
22/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	553.178.000.037.071		42.678,23 D
			22/12 3178 37071-1 PLUG PROP MARK			
22/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	553.219.000.007.458		155.859,37 D
			22/12 3219 7458-6 V F SOUSA CONS			
22/12/2016	3791	99015	470 Transferência on line	553.285.000.010.351		1.450,00 D
			22/12 3285 10351-9 SILVIA PINTO V			

Extrato

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL MEIO NORTE ONLINE: https://jornal.meionorte.com/politica/firmino-sanciona-autorizacao-para-emprestimos-de-r-156-mi-305669

07 de Julho de 2017 17:50 Atualizada às 17:53

Firmino sanciona autorização para empréstimos de R$ 156 mi

O primeiro empréstimo é negociado com o Banco do Brasil

Francy Teixeira

Após receber a anuência dos parlamentares da Câmara Municipal, o prefeito Firmino Filho (PSDB) sancionou dois projetos de lei que autorizam o Poder Executivo de Teresina a contratar operações de crédito, que somadas chegam ao montante de R$ 156,192 milhões. O primeiro empréstimo é negociado com o Banco do Brasil, na ordem de R$ 5 milhões, sendo destinados ao financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos para modernização da usina de asfalto de Teresina e implantação do Sistema Eletrônico de Informação. “Os recursos provenientes de operação de crédito autorizada, serão, obrigatoriamente, aplicados na execução dos empreendimentos previstos”, dispõe a matéria.

A outra operação autorizada pela Câmara de Teresina e sancionada pelo prefeito é mais volumosa, e tange sobre empréstimo de U$ 45,982 milhões (aproximadamente R$ 151,192 milhões), junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), destinados ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado, 'Teresina Sustentável'. Esta transação foi autorizada mediante a garantia da União. Com a publicação oficial dos atos, o Executivo da capital piauiense já pode consolidar as propostas, buscando firmá-las junto às instituições financeiras.

Dados do mais recente relatório orçamentário de Teresina mostram que a gestão municipal tem folga para contrair os empréstimos na ordem de R$ 156 milhões. No primeiro bimestre deste ano, a dívida consolidada ficou em R$ 367,051 milhões; no entanto com deduções, como por exemplo a disponibilidade de caixa, o endividamento fiscal líquido da capital piauiense é negativo em R$ 495,1 milhões. O que mostra um equilíbrio nas contas do município.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios têm que manter o seu endividamento em um montante equivalente a, no máximo, 120% de sua receita anual. Ou seja, a Prefeitura de Teresina ainda está distante de chegar a esse patamar, o que a coloca numa situação confortável para adquirir novas operações de crédito. O bom indicativo fiscal do Executivo, que referenda a possibilidade da contratação versa sobre o aumento exponencial da disponibilidade de caixa, um crescimento de R$ 141 milhões, na comparação do último bimestre de 2016, com o primeiro deste ano.

PORTAL VI AGORA: http://www.viagora.com.br/noticias/tce-vai-inspecionar-uso-de-dinheiro-do-fundef-em-teresina-62296.html

TCE vai inspecionar uso de dinheiro do Fundef em Teresina

A inspeção foi proposta pelo conselheiro Kennedy Barros e aprovada durante a sessão da votação da medida cautelar que determinou o bloqueio dos recursos do Fundef da Prefeitura.

GABRIEL SOARES

08/07/2017 08h08 - atualizado 08h09

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou, na sessão plenária dessa quinta-feira (06), a realização de uma inspeção nas contas da Prefeitura de Teresina. A ação tem o objetivo de verificar a aplicação dos recursos de precatório do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) do Município, que foi **alvo de denúncia.**

A inspeção foi proposta pelo conselheiro Kennedy Barros e aprovada durante a sessão da votação da medida cautelar que determinou **o bloqueio dos recursos do Fundef da Prefeitura**. Com o empate dos votos dos conselheiros no julgamento, a conta do Fundef de Teresina permanece bloqueada até a manifestação do conselheiro-presidente, Olavo Rebelo.

- Foto: Divulgação/Tribunal de Contas do Estado

Sessão da última quinta feira tratou do bloqueio das contas do Fundef.

A cautelar foi dada pelo conselheiro-substituto Alisson Araújo, seguindo parecer da procuradora Raíssa Rezende, do Ministério Público de Contas, devido a denúncia de**irregularidades como desvio de finalidade na operação de crédito realizada em agosto de 2016 entre a PMT e o Banco do Brasil.**

A operação envolveu a antecipação de crédito de R$ 228.863.161,75 referentes a recursos do antigo Fundef, com pagamento de juros de R$ 18 milhões ao Banco do Brasil. O julgamento da medida terminou em empate de 3 a 3, e Olavo Rebelo pediu vista do processo por duas sessões.

Durante a sessão, o conselheiro-substituto Alisson Araújo disse que as transferências da conta do Fundef somaram R$ 164,9 milhões, por meio de ordem bancária e transferência online, com utilização do dinheiro para pagamentos a construtoras, agências de propaganda e igreja Assembleia de Deus. Segundo ele, só o pagamento dos juros ao Banco do Brasil já comprova o desvio de finalidade dos recursos do Fundef.

A procuradora-geral do Município, Geórgia Nunes, declarou que a operação com o Banco do Brasil foi autorizada pela Câmara Municipal, o uso do dinheiro se sustenta em decisões da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) e os recursos foram integralmente destinados a obras e investimentos em escolas e ao pagamento de professores da rede municipal.

O conselheiro Kennedy Barros alegou que a Prefeitura deveria ter sido ouvida antes do bloqueio e propôs a realização de inspeção de urgência para averiguar a aplicação dos recursos. A inspeção será realizada pelo Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do TCE-PI, e deverá subsidiar o voto decisivo do conselheiro-presidente.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL POLÍTICA DINÂMICA: http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/uma-escolha-nada-agradavel1499603832-8744.html

REAJUSTE

UMA ESCOLHA NADA AGRADÁVEL

PREFEITO DE TERESINA DESCARTOU POSSIBILIDADE DE REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES DO MUNICÍPIO EM 2017 E ALEGOU CRISE FINANCEIRA

09/07/2017 09:25 - Atualizado em 09/07/2017 09:41

Prefeito rechaçou possibilidade de aumento (Foto: Gustavo Almeida/PoliticaDinamica.com)

Ou se atrasa a folha ou se dá aumento. A frase é do prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), ao ser perguntado se haverá reajuste salarial para os servidores públicos do município de Teresina em 2017. Ele deixou claro que não será possível conceder o aumento para os trabalhadores com o atual quadro de crise financeira.

"Hoje nós temos uma escolha: ou se atrasa a folha ou se dá aumento. Ninguém quer atrasar a folha e prejudicar toda a cidade. Não dar o aumento é a escolha natural. Nós continuamos numa crise severa e, permanecendo o quadro atual, não existe possibilidade de reajuste. É uma questão que a gente já está bastante consciente", falou.

O prefeito lembrou que muitos municípios do Brasil, como Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro já estão com os salários atrasados e destacou que Teresina não pode entrar na mesma situação. "Num momento como esse a gente não pode brincar de aritmética e nem colocar em risco a estabilidade da cidade", finalizou.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL POLÍTICA DINÂMICA: http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/isencao-ao-teresina-shopping-repercutiu-mas-esta-amparada-na-lei1499520964-8741.html

POLÊMICA

ISENÇÃO AO TERESINA SHOPPING REPERCUTIU, MAS ESTÁ AMPARADA NA LEI

BENEFÍCIO AO EMPREENDIMENTO DO GRUPO CLAUDINO VIROU ASSUNTO, MAS ESTÁ AMPARADO POR LEI APROVADA NA CAPITAL HÁ 20 ANOS

08/07/2017 10:16 - Atualizado em 08/07/2017 10:38

Prefeito Firmino Filho (PSDB) foi criticado (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

Repercutiu ao longo da semana um decreto de março deste ano da Prefeitura de Teresina que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao Teresina Shopping, empreendimento do Grupo Claudino. Muita gente, principalmente nas redes sociais, questionou porque a prefeitura criou a taxa do lixo para a população enquanto dá isenção a um dos grupos empresariais mais ricos do Piauí e do Brasil.

A isenção foi aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMTED) e o deferimento ocorreu com base em uma lei municipal de incentivo e benefícios fiscais aprovada em 1997, ou seja, há 20 anos. Conforme e lei, o município de Teresina pode conceder benefícios as empresas que se instalarem na cidade com atividade produtiva e que geram empregos, desde que ampliem em pelo menos um terço o número de novas vagas.

O Grupo Claudino assegura que ampliou a estrutura física do Teresina Shopping e gerou novos empregos, fato que fez a empresa requerer a isenção com base na lei municipal. Na sexta-feira (7), o secretário de Desenvolvimento Econômico de Teresina, Aluísio Sampaio, disse que o retorno financeiro e os benefícios para o município com a presença das empresas geradoras de emprego são muito grandes, o que torna a isenção absolutamente justa.

Dudu criticou, mas fazia parte do Conselho (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

CONTRADIÇÃO

Um dos maiores críticos da isenção foi o vereador Dudu (PT). Por meio de uma rede social, o parlamentar oposicionista criticou duramente o benefício concedido pela prefeitura da capital ao Teresina Shopping. No entanto, o parlamentar fazia parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, como representante da Câmara, e votou a favor da isenção. A ata da reunião mostra a assinatura do vereador petista.

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL FEITOSA COSTA: http://www.feitosacosta.com/noticias/politica-piaui/tribunal-mantem-bloqueio-da-conta-do-fundef-de-teresina-21504.html

Tribunal mantém bloqueio da conta do Fundef de Teresina

Prefeitura está impedida de utilizar os recursos

Por Feitosa Costa em 06/07/2017 às 17:07

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) decidiu manter a medida cautelar de bloqueio da conta referente aos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) de Teresina. A votação sobre o caso ocorreu na manhã desta quinta-feira (06) onde houve empate por parte dos seis conselheiros votantes e o presidente do Tribunal, conselheiro Olavo Rebelo, que pediu vista regimentar ao processo para novas análises.

Prefeito Firmino Filho (Foto: Reprodução)

A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (Sindserm), e trata de indícios de irregularidades na utilização do recurso federal por meio de contrato de cessão de crédito entre o município e o Banco do Brasil no valor R$ 72.833.674,42 em transferências sem identificação do beneficiário.

Com o posicionamento do presidente do TCE-PI, a Prefeitura de Teresina fica impedida de realizar movimentações na conta. Até o último pedido de bloqueio os valores totais de recursos do FUNDEF na conta específica eram de R$ 54.498.314,03, porém, durante a votação, o conselheiro Alisson Felipe de Araújo, informou que restam no momento cerca de R$ 37 milhões. Os valores depositados no dia 22 de setembro do ano passado equivaliam a R$ 210.667.000,00. As operações identificadas como irregulares foram realizadas na mesma semana de maneira a beneficiar, conforme identificados nos extratos da conta fornecidos pelo TCE-PI, empresas de propaganda, construtoras, Polícia Militar e uma igreja evangélica. As ordens de pagamento e transferências online chegam a ordem de R$ 164.975.477,37.

Na segunda-feira (03), o conselheiro Alisson Felipe de Araújo, assinou a medida cautelar que determinava o bloqueio dos recursos do FUNDEF, seguido do parecer da procuradora Raíssa Rezende, do Ministério Público de Contas. Segundo informações divulgadas pela procuradora, as operações caracterizam desvio de finalidade na aplicação das verbas do FUNDEF pela Prefeitura de Teresina, tendo em vista que estes devem ser aplicados na educação e para pagamento dos profissionais do magistério público municipal.

“A nossa fundamentação foi feita depois de todo um processo de investigação e de conversas que tivemos em todos os órgãos competentes. Os extratos da conta nos dão os indícios de que estes recursos transferidos só passaram a ser identificados em fevereiro deste ano e mostram repasses a órgãos e empresas sem relação com o magistério. Para nós, causa muita estranheza o que têm acontecido e iremos até o final para exigir que a justiça seja feita”, declarou o presidente do Sindserm, Sinésio Soares.

A previsão é de que depois da análise da matéria, o presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo, apresente um posicionamento daqui a duas sessões.

Fonte: Portal Az

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL CASSA NOTÍCIAS: http://cassanoticias.com.br/noticia/4352/TCE-PI-mantem-bloqueio-da-conta-do-FUNDEF-de-Teresina-apos-medida-cautelar

TCE-PI mantém bloqueio da conta do FUNDEF de Teresina após medida cautelar

Presidente do Tribunal de Contas do Estado pediu vistas e julgamento deve ser retomado em duas semanas.

O pleno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) decidiu que os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) de Teresina continuam bloqueados e a Prefeitura fica impedida de utilizá-los. A votação sobre o caso ocorreu na manhã desta quinta-feira (06) onde houve empate por parte dos seis conselheiros votantes e o presidente do Tribunal, conselheiro Olavo Rebelo, pediu vista regimentar ao processo para novas análises e manteve a medida cautelar de bloqueio. A denúncia, feita pelo Sindicato dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais de Teresina (SINDSERM), trata de indícios de irregularidades na utilização do recurso federal por meio de contrato de cessão de crédito entre o município e o Banco do Brasil no valor R$ 72.833.674,42 em transferências sem identificação do beneficiário.

Com o posicionamento do TCE-PI, a Prefeitura de Teresina fica impedida de realizar movimentações na conta. Até o último pedido de bloqueio, os valores totais de recursos do FUNDEF na conta específica eram de R$ 54.498.314,03, porém, durante a votação, o conselheiro Alisson Felipe de Araújo, informou que restam no momento cerca de R$ 37 milhões. Os valores depositados no dia 22 de setembro do ano passado equivaliam a R$ 210.667.000,00. As operações identificadas como irregulares foram realizadas na mesma semana de maneira a beneficiar, conforme identificados nos extratos da conta fornecidos pelo TCE-PI, empresas de propaganda, construtoras, Polícia Militar e uma igreja evangélica. As ordens de pagamento e transferências online chegam a ordem de R$ 164.975.477,37.

Na segunda-feira (03), o conselheiro Alisson Felipe de Araújo, assinou a medida cautelar que determinava o bloqueio dos recursos do FUNDEF, seguida do parecer da procuradora Raíssa Rezende, do Ministério Público de Contas. Segundo informações divulgadas pela procuradora, as operações caracterizam desvio de finalidade na aplicação das verbas do FUNDEF pela Prefeitura de Teresina, tendo em vista que estes devem ser aplicados na educação e para pagamento dos profissionais do magistério público municipal.

“A nossa fundamentação foi feita depois de todo um processo de investigação e de conversas que tivemos em todos os órgãos competentes. Os extratos da conta nos dão os indícios de que estes recursos transferidos só passaram a ser identificados em fevereiro deste ano e mostram repasses a órgãos e empresas sem relação com o magistério. Para nós, causa muita estranheza o que tem acontecido e iremos até o final para exigir que a justiça seja feita”, declarou o presidente do SINDSERM, Sinésio Soares.

A previsão é de que após a análise da matéria, o presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo, apresente um posicionamento daqui a duas sessões.

Da redação

CLIPPING SINDSERM – 10 DE JULHO DE 2017

PORTAL 45 GRAUS: https://www.45graus.com.br/politica/tce-bloqueia-precatorios-do-fundef-da-prefeitura-de-teresina

TCE bloqueia precatórios do Fundef da Prefeitura de Teresina

Enviada em: 06/07/2017
Por: Francisca Pinto

Na ação cautelar, o conselheiro Alisson Araújo determina a citação do prefeito Firmino Filho (PSDB) para que se manifeste sobre o conteúdo da representação.

Tribunal de Contas do Estado/Foto: reprodução

O **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-PI), determinou o **bloqueio** de **precatório** do **Fundef** (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), da **Prefeitura de Teresina**. A medida cautelar foi assinada pelo o conselheiro-substituto **Alisson Felipe de Araújo**, nesta segunda-feira (03).

Na ação cautelar, o conselheiro Alisson Araújo determina a citação do prefeito **Firmino Filho** (PSDB) para que se manifeste sobre o conteúdo

da representação. O prefeito tem 15 dias, contados do recebimento da notificação, para apresentar a defesa.

A decisão é baseada no parecer da procuradora **Raíssa Rezende**, do **Ministério Público de Contas**, relacionada a operação de crédito realizada em agosto de 2016 entre a PMT e o **Banco do Brasil.**

A operação envolveu antecipação de crédito de R$ 228.863.161,75 referentes a recursos do antigo Fundef não repassados pela **União** à Prefeitura, dos quais a PMT recebeu em torno de R$ 210 milhões, os outros R$ 18 milhões foram deságio cobrado pelo Banco. O dinheiro foi repassado à PMT no ano passado, depois de ação judicial movida pelo Município.

Segundo a procuradora, a operação entre PMT e BB, de antecipação dos recursos do Fundef, contraria a **Lei de Responsabilidade Fiscal**, “que veda a contratação de operações de crédito no último ano do mandato do Presidente, governador ou prefeito”. Os extratos bancários analisados pelo MPC apontam retiradas que somam de R$ 164 milhões, via ordens de pagamento online, e pagamento a agências de propaganda, materiais de construção e outros serviços.

Para a procuradora Raíssa Rezende, as operações caracterizam **desvio de finalidade** na aplicação das verbas do Fundef pela Prefeitura de Teresina. O dinheiro dos precatórios, conforme resolução do TCE-PI, deve ser aplicado prioritariamente em **ações de educação**e em **benefício do magistério**.

Denúncia

A denúncia de suposta irregularidade na utilização do Fundef, que resultou na representação do Ministério Público de Contas contra a Prefeitura, foi feita pelo **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais** (Sindserm).